

A unilateralidade da razão na Ciência moderna: construção histórica e contrapontos a partir do viés junguiano

Guilherme Martins Penso¹

Pedro Henrique Conte Gil²

Resumo

O presente artigo teórico busca compreender de forma crítica e propositiva, sob a perspectiva do autor Carl Gustav Jung, a aqui considerada limitante unilateralidade da razão e do materialismo que se apresentam no âmbito das Ciências contemporâneas, abordando as implicações desses vieses no campo da Psicologia e suas diversas correntes. Para tal, no primeiro momento, buscou-se apresentar brevemente a história da Ciência e da criação da Psicologia; enquanto no segundo traz-se a esse contexto as perspectivas junguianas a respeito do tema, visando apresentar o pensamento do autor, bem como tecer críticas a esse modelo. Não somente, apresenta-se uma alternativa ao pensamento unilateral por meio dos conceitos de símbolo e função transcendente, referindo-se que esse ponto de vista pode servir como alternativa possível aos excessos da razão. Por fim, conclui-se que, muito embora a racionalidade tenha conquistado espaços na Ciência, é sempre importante manter sob consideração alternativas aos modelos vigentes, especialmente quando estes tentam estabelecer-se como modelos únicos, excluindo os demais saberes.

Palavras-chave: Racionalidade, Unilateralidade, Materialismo, Carl Jung, Símbolo

1 Graduando de Psicologia no Centro Universitário da Serra Gaúcha - FSG – Campus Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8539-507X>. E-mail: gui.penso98@gmail.com.

2 Doutorando e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em formação em Psicanálise pelo Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre (CEPdePA) (Rio Grande do Sul, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1158-8199>. E-mail: pedro_gil12@hotmail.com.

Introdução

Desde sua fundação como Ciência, a Psicologia nasce de uma corrente de pensamento voltada ao âmbito experimental e organicista, sendo consideradas de “menor valor” abordagens psicológicas que consideram o sujeito de formas mais relativas e subjetivas, contrariando a corrente científica fundada em lógicas clássicas positivistas (David, Cristea, & Hofmann, 2018). Mesmo mais de 140 anos depois de sua fundação com Wilhelm Wundt na Alemanha do século XIX, muitos debates quanto à cientificidade da área perduram até hoje, na tentativa de estabelecer e validá-la como uma Ciência generalista e uniforme nos meios acadêmicos (Open Science Collaboration, 2015).

Todavia não são tão debatidas as implicações do estabelecimento desse consenso do que é científico e o que não é. Para todo conhecimento considerado científico, alguns outros são desconsiderados por não se encaixarem nos critérios do que forma uma Ciência na contemporaneidade. A criação de métricas que classificam algumas abordagens de conhecimento psicológico, consideradas mais científicas e “padrão ouro”, como as Terapias Cognitivo-Comportamentais de Aaron Beck (Silva, 2020), enquanto outras têm sido cada vez mais rotuladas como pseudociências, tal qual a Psicanálise de Sigmund Freud (Pasternak, 2023) e a Psicologia Analítica de Carl G. Jung (Noll, 1996), são exemplos de como podem existir sérias implicações a campos inteiros de saber, quando estes recebem duras críticas por não se encaixarem no crivo do que se considera Ciência “séria”.

Esse contexto traz à tona uma série de questões fundamentais a respeito da formação de epistemologias dominantes na sociedade ocidental e os motivos pelas quais adquiriram status de credibilidade e de corrente principal de pensamento perante outros saberes. Nesse sentido, surgem diversas pautas a respeito do que valida ou invalida um saber, o que credibiliza um em detrimento de outros, o que forma os critérios do que é científico ou não, bem como quais influências essas lógicas preestabelecidas têm no campo da Psicologia.

O presente artigo teórico busca discorrer sobre essas questões, por intermédio da investigação das origens da Ciência, o contexto em que se fortaleceu como campo e os pensadores que contribuíram para esse movimento, traçando paralelos com essas influências sob o campo da Psicologia e sua fundação como Ciência. Não obstante, também objetiva tecer críticas ao excesso de racionalidade promovida pelas Ciências Naturais do ocidente mediante as ideias da Psicologia Analítica, fundada pelo médico e psiquiatra suíço Carl Gustav Jung, também buscando apresentar uma alternativa, ainda sob a ótica do autor, à tão valorizada no âmbito científico contemporâneo unilateralidade da razão.

Destaca-se que o presente material consiste em uma produção de Iniciação Científica Guilherme Martins Penso, produzido como material de pesquisa em Psicologia com caráter de extensão, sob orientação de Pedro Henrique Conte Gil.

Sobre a Ciência: breve histórico e conceituação

Nos tempos pós-modernos, é muito comum que aquilo que é considerado científico, automaticamente, ganhe status de necessariamente real e válido. A Ciência, como área que

conhecemos hoje, conquistou esse grau de prestígio social ao longo dos últimos três séculos, visando demonstrar por meio de metodologia e entrega de resultados evidentes e testados que é capaz de responder de maneira pragmática e clara às tantas perguntas complexas do ser humano (Nagel, 1961). Entretanto nem sempre foi assim, posto que o pensamento científico enfrentou uma série de obstáculos até se consolidar como tópico respeitado na sociedade ocidental.

Embora a Ciência como “campo formal” seja relativamente nova, tendo apenas alguns séculos de existência, é possível identificar traços do pensamento científico desde a Grécia Antiga: os chamados “pensadores racionais”, como Tales de Mileto, Anaxágoras e Demócrito (Weisz, 2023), que atribuíam a origem do mundo a fenômenos cósmicos e não ao popular “pensamento mágico” da época, que diz respeito ao ato de pensar como tentativa de controle e como mecanismo de defesa para escape às ansiedades, conflitos e desprazeres do mundo, estabelecendo relações causais entre eventos isolados e até mesmo modificando a realidade mediante a percepção gerada por esses pensamentos (Lindenmeyer & Ceccarelli, 2012), sem que isso necessariamente se ancore na realidade. De acordo com Carl Sagan (1980), esses pensadores não sabiam, mas estavam fazendo Ciência.

Keay Davidson (2000), biógrafo e jornalista, diz que a origem da Ciência moderna como campo do saber formal ocorre na Idade Média (476 d.C-1453 d.C.), a partir da identificação de inconsistências entre as evidências visíveis sobre a idade da Terra e a datação sugerida pelas escrituras bíblicas. Naquela época, posteriormente chamada de Idade das Trevas, a Ciência se encontrava sob forte influência da Igreja Católica (Kosminsky, 1960), que detinha o monopólio do pensar, impedindo, assim, o livre desenvolvimento dos campos científicos, por temer perder sua autoridade máxima.

Todavia as pressões sociais da época fizeram com que a Igreja percebesse que não poderia conter os avanços da Ciência (Primon, Siqueira Júnior, Adam, & Bonfim, 2000). Os próprios clérigos intelectuais propunham uma nova visão interpretativa das escrituras sagradas que rompesse com a lógica escolástica/aristotélica, buscando, dessa forma, modernizar e atualizar a Igreja de Cristo, que estava em xeque depois da reabertura do mar mediterrâneo, as invasões bárbaras e o conseqüente contato com a cultura e as descobertas orientais. Junto da criação das primeiras universidades no século XIII, que ainda tinham fortes influências religiosas, o livre pensamento começa a tomar forma (Primon *et al.*, 2000). Toda essa conjuntura fez com que no fim do século XIV o profundo obscurantismo da Idade Média perdesse espaço para o nascimento do período posteriormente chamado de “Renascença” – que causou uma ruptura, ainda que não tão radical, com o pensamento então vigente (Damião, 2018).

O Renascimento emerge na Itália e convida a sociedade da época à uma mudança de atitude em relação ao mundo. Ronan (1983) elucida que o período trouxe para o homem da época um olhar de admiração para o mundo natural e não somente para imagens sacras. Junto de invenções como o papel e a imprensa, o pensamento Renascentista conseguiu disseminar suas ideias de maneira mais ágil e massiva, configurando-se um período importante para introduzir ideias que seriam a fundação de uma corrente epistemológica que viria muito tempo depois. Nesse sentido, Delumeau (1994) descreve que

o Renascimento foi, ao mesmo tempo, razão e sem-razão, sombra e luz [...].
Entusiasmou-se com a beleza, mas deixou-nos uma extraordinária galeria de obras

horríveis e malsãs. [...] foi variedade, jogo de contrários, exploração ardente e, por vezes, apenas esboço de um universo de novidades [...]. Trouxe aos séculos seguintes uma imensa herança [...] (p. 125).

Ainda nesse contexto, importantes pensadores contribuíram para a criação da Ciência como área destacada da Teologia e da Filosofia. As bases do método científico utilizado até hoje nasceram com Francis Bacon, filósofo e empirista, que acreditava que a natureza era nossa única fonte de conhecimentos (Matheus, 2010), trazendo para a Filosofia da época a problemática da necessidade da experiência como fator crucial para o verdadeiro entendimento da realidade.

Nicolau Copérnico foi outro importante pensador da Renascença, iniciando a revolução que virou os “céus do avesso” colocando o Sol no centro do Cosmo (Modena, 2015). Isso trouxe para o homem da época uma noção de afronta às crenças pré-concebidas, possibilitando que se percebesse o direito de pensar de formas diferentes, de observar a natureza e tirar novas conclusões (Védrine, 1971). Já Galileu Galilei, Johannes Kepler e Isaac Newton, com seus estudos, reforçaram a importância da Matemática no exercício do pensar a realidade por intermédio de uma cosmovisão mecanicista do mundo (Modena, 2015). De acordo com Japiassu (1994), esses pensadores trouxeram “uma revolução que substituiu a física qualitativa por uma física quantitativa, que substituiu uma Natureza por outra, uma ciência por outra, o método de autoridade pelo recurso à razão e à experiência” (p. 44). Não por acaso o período depois da chamada Idade das Trevas ficou conhecido como Iluminismo.

Essa corrente de pensamento se consolida com as contribuições paralelas do filósofo, físico e matemático René Descartes, no século XVII (Japiassu, 2007), que sistematiza um modelo racional, que vê o homem e o mundo como engrenagens de uma máquina. Lelis, Mesquida e Oliveira Jr. (2022) postulam que “a compreensão da busca pela verdade em Descartes está amparada na razão que oferece a possibilidade de aplicação de critérios de dúvida e de falseabilidade àquilo que está sendo estudado” (p. 345). As contribuições desses pensadores Renascentistas e Iluministas acabaram por moldar os dois séculos seguintes, nos quais o racionalismo, empirismo, a validade do que era observável e o método científico com viés naturalista e positivista ganharam mais validade e ficaram em evidência ainda maior.

Chibeni (2004) ressalta que o prestígio conquistado pelas Ciências Naturais beira à veneração. Algo que se deve ao grande sucesso prático dos campos das Ciências da Natureza, que fez com que muitos, de certa forma, acreditassem que estas sempre seguem uma fórmula do sucesso, ou seja, um método que não falha. Esse status garante aos campos científicos modernos validade, ainda que operados a partir de pressupostos de três séculos atrás. Nesse sentido, Castañon (2009), ao analisar o pensamento de Nagel, propõe que

A forma de conhecimento que Nagel e a modernidade denominam ciência [...] é aquela que permite ao menos uma aproximação do conhecimento universalmente válido e empiricamente testável. Ciência é aquele modo de obtenção de conhecimento que aspira a formular, mediante linguagem rigorosa (e sempre que possível matemática), teorias gerais e leis universais que expliquem e prevejam, de forma cada vez mais acurada, ainda que probabilisticamente, fenômenos da realidade objetiva (p. 22).

Na contrapartida dessa definição do que é Ciência “de verdade”, Simione e Fernandes (2016) dizem que um dos maiores desafios da Ciência moderna é justamente se desnudar da abordagem utópica que pressupõe que a humanidade está em direção a um futuro próspero, livre da barbárie e do caos, pontuando que essa mesma Ciência esclarece e conforta, mas também promove abismos entre os saberes comum e científico, com um discurso legitimado em pressupostos racionais, supostamente superiores, mas que não deixam de ser questionáveis em suas bases e consequências.

Já na Ciência da pós-modernidade, observa-se importantes mudanças paradigmáticas por críticas tecidas ao modelo positivista. O que Simione e Fernandes (2016) trazem diz respeito ao reconhecimento de que o então paradigma epistemológico da Ciência moderna passa a enfrentar certa crise quando se buscam formas de abarcar outros tipos de saber. Isso passa a ser levado em consideração quando surgem relatividades entre as relações de causa e efeito dos objetos estudados. Santos (1988) postula que esse novo cenário dos paradigmas se deve às condições teóricas e sociológicas do período.

No âmbito teórico, ainda Santos (1988) reitera que a Ciência moderna se desenvolveu a partir de concepções racionalistas, afastando-se do conhecimento medieval da Idade Média – isto é, do senso comum. Entretanto, a partir de pensadores como Einstein e Heisenberg, que estabeleceram as bases fundamentais da Física Quântica e da Teoria da Relatividade, começam a surgir novas concepções do que é o tempo e espaço (Santos, 1988), fazendo com que o determinismo do pensamento empirista e racional fosse amplamente questionado. Nesse contexto, há uma retomada na consideração epistemológica das condições sociais, dos modelos organizacionais da investigação científica e dos contextos culturais – temas anteriormente relegados ao esquecimento pelo positivismo naturalista (Simione & Fernandes, 2016; Santos, 1988).

Já no âmbito social, Santos (1988) se atém à temática da mudança dos paradigmas da produção científica a partir da globalização do século XX, citando que a Ciência ganhou rigor, mas perdeu capacidade de se autorregular, o que gerou uma Ciência industrializada, que prioriza produzir conhecimento respondendo aos interesses político-econômicos daquele modelo socioeconômico.

O abalo do paradigma modernista como modelo de Ciência criou possibilidades de pensar a si, mas, evidentemente, não se tornou a forma hegemônica nos meios científicos. Ainda existem, em diversos campos, questionamentos quanto à validade dessa nova produção de conhecimento, entre eles o da Psicologia, que tendo cerca de 150 anos de fundação como Ciência até os dias atuais gera controvérsias quanto a ser ou não científica.

A Psicologia e a Ciência

Filosofia e as bases da Psicologia

A Psicologia, na definição contemporânea, é a Ciência que estuda os processos mentais e o comportamento. Não somente estuda, mas também age, buscando promover saúde mental mediante psicoterapias. De acordo com a origem grega da palavra, Psicologia significa o estudo do discurso, logos, acerca da alma ou espírito, *psikhé* (Braghirolli, Bisi,

Rizzon, & Nicoletto, 1990), estando em sua origem associada à Filosofia (Azevedo, Ribeiro, & Saggiomo, 2017).

Platão, célebre filósofo grego nascido em meados de 438 a.C., apresenta uma reflexão sistemática ao que denominava alma, abordando seus aspectos psicológicos, metafísicos e escatológicos, sendo o primeiro a apresentar tal sistematização (Araujo, 2021). Aristóteles avança nas ponderações a respeito da *psikhé*, dedicando uma obra inteira ao caráter de sistematização dessa alma, postulando que tem alma tudo aquilo que é vivo, portanto, considera o conceito de *psikhé* bastante amplo. Nesse contexto, evidencia-se que Aristóteles não fazia distinções entre o que atualmente considera-se psicológico do que é vivo, estando, destarte, sua visão de alma ligada também ao que é do campo das Ciências da Natureza, do âmbito do orgânico e fisiológico. Nesse sentido, Araujo (2021) diz que

Nessa tradição (aristotélica), a alma é normalmente entendida como o princípio constitutivo dos seres vivos. Assim, a ciência da alma, como um todo, é parte da ciência da natureza, filosofia da natureza ou física, no sentido de Aristóteles. Nessa perspectiva, a vida mental é uma função biológica [...]. (p. 1227)

A partir do século XII, os escritos de Aristóteles passam a ser traduzidos para o latim, o que resultou em uma popularização de suas ideias, ainda que o contexto da época não fosse favorável ao livre pensamento e debate. Entre as traduções, uma das que mais teve destaque foi a obra *Sobre a Alma* – que acabou criando uma tradição de estudos psicológicos, chamada *scientia de anima*, ou ciência da alma.

Essa “redescoberta” das obras de Aristóteles gera correntes filosóficas e teológicas ao longo dos séculos XIII e XIV que debatem justamente a materialidade ou imaterialidade da alma. Essas discussões ocorrem de maneira concomitante ao fim da anteriormente citada Idade das Trevas, com autores como Tomás de Aquino e Jean Buridan (Zupko, 1989), e se estendem à Renascença, na qual é promovida a separação clara entre os conceitos de vida e alma (Des Chene, 2001).

Quem tece com clareza a separação entre esses conceitos é René Descartes, para quem todas as funções vitais, de seres humanos, plantas ou animais, são explicadas em termos puramente mecânicos, anátomo-fisiológicos (Araujo, 2021). No entendimento do autor, a chamada alma existe, mas somente sob o pressuposto de que esta é racional e denomina-se mente. A partir dessa ideia, surge seu conceito de dualidade corpo-alma.

Com essas contribuições, ao longo do século XVII e XVIII a Psicologia começa a aparecer de maneira nomeada e seu objeto de estudo passa a ficar mais bem definido, mesmo que ainda as discussões estivessem transitando do âmbito filosófico e metafísico da alma ao estudo da então chamada mente ou alma racional (Araujo, 2021). É importante notar que as visões de mundo mecanicistas, as quais já internalizadas na cultura da época, passam a incitar a necessidade de explicar-se racionalmente e por meio dos sentidos o que até então era consenso mediante crença.

É nesse contexto e ao longo do século XVIII que o termo “Psicologia” se populariza, sendo o grande responsável por tal o filósofo alemão Christian Wolff (1679-1754), que também contribuiu para o estabelecimento de uma Psicologia científica (Araujo, 2012). Ainda, Araujo (2021) também discorre a respeito da importância de Wolff para a criação de uma ciência psicológica:

[...] Quando Wolff fala da alma, é a alma humana que ele tem primeiro em mente, com todas as suas funções essenciais (pensamento, sentimento, vontade etc.); [...] Ao contrário de Descartes, no entanto, Wolff julga necessário uma ciência específica para tratar da alma (p. 1235).

A partir da consolidação do uso do termo “psicologia” ocorrida no século XVIII, ao longo do século XIX, a Psicologia é duplamente institucionalizada na Alemanha, tornando-se uma disciplina obrigatória na formação de médicos e sendo fundada como matéria científica (Gundlach, 2012).

Psicologia como Ciência e na contemporaneidade

É no século XIX que a Psicologia passa a ser considerada formalmente uma matéria da Ciência. Considera-se que Wilhelm Wundt (1832-1920), médico, filósofo e psicólogo alemão, seja o fundador da Psicologia científica moderna, quando em 1874, em Leipzig, funda o primeiro laboratório experimental de Psicologia, inaugurando uma nova tradição de interesse nas temáticas acerca da psique. No laboratório, buscava explicar os fenômenos mentais a partir de um viés das Ciências Naturais, inclusive utilizando-se de conceitos da Física para explicá-los (Araujo, 2020).

Mesmo que Wundt seja considerado o pai da Psicologia científica e moderna, esse marco não garantiu consensos quanto à disciplina ser uma matéria científica. A partir desses movimentos, surgem diversas correntes de pensamento, cada qual buscando estabelecer e explicar os fenômenos psicológicos à sua forma. Sobre o estado da Psicologia como Ciência em seu período de fundação, Sonu Shamdasani (2011), elucida um pouco do sentimento da época, trazendo o ponto de vista de um dos primeiros filósofos e psicólogos a difundir a Psicologia na América do Norte, William James, que na época transmitia suas ideias através da troca de cartas com Théodore Flournoy:

Assim, quando falamos da “psicologia como uma ciência natural”, não devemos presumir que isso signifique aquela espécie de psicologia que, finalmente, se assenta em solo firme. Significa justamente o oposto: trata-se de uma psicologia especialmente frágil, em cujo bojo as águas da crítica metafísica vazam em cada junção [...]. Não sabemos sequer os termos com os quais as leis elementares seriam formuladas, caso as tivéssemos. Isto não é uma ciência; no máximo, uma esperança de ciência. (p. 18)

É possível notar que não havia consensos e tampouco concordâncias e certezas quanto aos objetos de estudo da Ciência psicológica. Mas é após o passo da fundação científica da Psicologia que surgem diversas abordagens ao longo do século XX: formas de observar e ponderar a psique e o comportamento humano. Do estruturalismo de Edward Titchener (Barreto & Morato, 2008), ao funcionalismo de William James (Araujo & Honorato, 2017); da fundação da Psicanálise de Sigmund Freud (Nishikawa, Fiore, & Hardt, 2017) aos “behaviorismos” dos americanos John Watson e Burrhus Skinner (Strapasson, 2020); da abordagem humanista de Carl Rogers (Melo, Lima, & Moreira, 2015), à Psicologia Analítica de Carl G. Jung (Padua & Serbena, 2018); até as abordagens Cognitivo-Comportamentais, fundadas por Aaron Beck (Knapp & Beck, 2008). Todos esses, e muitos outros (não) citados aqui, buscaram formas de organizar teorias que explicassem a psique, notando-se que existiam intenções de isso estar alinhado às Ciências Naturais, para fins de maior validade científica aos padrões da época.

Observa-se que essa adequação, a de se estar inserida na lógica das Ciências Naturais, não é algo novo e acompanha a Psicologia desde sua fundação, marcada pela intenção de realizar experimentos psicológicos controlados. No início do século XX, autores do behaviorismo, como o já supracitado John Watson, buscavam reduzir o ser humano ao comportamento observável, desconsiderando a parte mental, uma vez que não poderia ser visualizada, todavia objetivamente estudada. Posteriormente, na segunda metade do século XX, o também citado anteriormente Aaron Beck (Knapp & Beck, 2008) busca aliar funções mentais ao comportamento, procurando considerar os estudos das neurociências a métodos de investigação considerados mais científicos. Essa presunção se dava por esses métodos ditos científicos trabalharem no âmbito do observável, em detrimento de teorias como a Psicanálise e Psicologia Analítica, que compreendem o sujeito de maneira mais subjetiva e profunda, considerando a existência de uma estrutura psíquica inconsciente, que não é visível ou detectável pelas vias da Neurociência.

Esse embate de pontos de vista se perpetua na Psicologia até os dias atuais. Alguns pesquisadores afirmam que outras abordagens não contam com estudos tão bons quanto os das Terapias Cognitivo-Comportamentais (David *et al.*, 2018), enquanto outros já demonstram que não existem vantagens relevantes na abordagem quanto quaisquer outras, pontuando, inclusive, que uma psicoterapia hegemonicamente integrada pelas cognitivistas-comportamentais sob caráter de “maior cientificidade” implica que as demais abordagens não são científicas, o que por si só já constitui uma postura não científica (Leichsenring *et al.*, 2018). Os autores defendem a necessidade de uma pluralidade de abordagens:

Diferentes pacientes podem vir a se beneficiar de diferentes abordagens [...] Os terapeutas são diferentes também. Eles devem ser capazes de escolher qual abordagem se encaixa melhor: um critério não serve para todos. Aprender também com as abordagens dos outros requer que diferentes formas de psicoterapia baseadas em evidências existam e sejam valorizadas igualmente. Pluralidade é o futuro da psicoterapia, não uma “monocultura” centrada na TCC (Leichsenring *et al.*, 2018, p. 5).

Em consonância com o que pensam Leichsenring *et al.* (2018) na contemporaneidade, um influente pensador do século XX também acreditava que não existiam teorias científicas que conseguissem abarcar a totalidade da complexidade da psique humana. O médico e psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875-1961) pensou uma teoria que considera a existência de instâncias inconscientes na psique, ponderando novas formas de se observar a agência do sujeito perante o mundo. É a partir da consideração das visões do autor em questão – que é crítico ao racionalismo ocidental – que serão tecidas críticas e expostas ideias, visando apresentar alternativas ao pensamento que vige nas Ciências Naturais.

Psicologia Analítica e alternativas ao racionalismo

Breve introdução a Carl Jung

Carl Gustav Jung (1875-1961) foi um psiquiatra e psicoterapeuta clínico nascido na Suíça, no último quarto do século XIX, mas teve bastante influência ao longo do século XX. Foi expoente de um dos principais hospitais psiquiátricos suíços da época, Burghölzli, onde

colaborou com Eugene Bleuler, dedicados à pesquisa e ao tratamento da então conhecida por *daemencia praecox*, posteriormente chamada esquizofrenia (Wahba, 2019). A mesma autora ainda ressalta, citando Ellenberger (1970), que é importante notar que o nascimento da Psiquiatria dinâmica moderna se deve ao trabalho com pacientes psicóticos dos pensadores Pierre Janet, Eugene Bleuler e Carl G. Jung. Não somente, Jung também trabalhou com Sigmund Freud, fundador da Psicanálise, com quem rompeu relações posteriormente, o que o levou a criar sua própria abordagem e compreensão da psique e do aparelho psíquico, a Psicologia Analítica, também chamada de Psicologia Complexa ou Psicologia Crítica. Em suas obras, postulou alguns conceitos hoje popularmente conhecidos nos meios da Psicologia, como o de Complexo, Arquétipo e Inconsciente Coletivo.

De acordo com Padua & Serbena (2018), citando Clarke (1993) e Shamdasani (2011), a teoria criada por Jung é alvo de muitas críticas, por ser considerada contraditória e não sistematizada – quando se pensa em uma linha analógica e circular de pensamento, não indo direto ao ponto e tendendo à amplificação.

Retomando os aspectos epistemológicos na Psicologia Analítica, Samuels (2002) e Brooke (1991) concebem que a obra junguiana é perpassada por duas grandes perspectivas: uma científica natural e outra poética. Jung se utiliza da linguagem das Ciências Naturais, em consonância com sua prática de médico e pesquisador. Todavia sua noção de Ciência não segue em completude os moldes da Ciência clássica, cartesiana, tendendo a uma perspectiva moderna, sistêmica e a-causal, reconhecendo o relativismo possível das epistemologias em consideração às influências do observador. Já o âmbito poético se origina nas experiências pessoais do autor (Silveira, 1981) e nas suas preocupações em encontrar significado para os fenômenos da humanidade, aproximando-se às perspectivas fenomenológicas existenciais, ao mesmo tempo que desconstruía o cartesianismo positivista. Nessa perspectiva poética, alegar que essa sensibilidade é ontologicamente válida para se alcançar o conhecimento sobre a psique, uma vez que a imaginação e a fala por metáforas adquirem esse status, na medida em que possibilitam um aprofundamento nas perspectivas da realidade psicológica. Cita-se como exemplo disso o uso das imagens alquímicas, os mitos e os contos de fadas para ilustrar e aproximar a compreensão significativa dos processos psicológicos (Brooke, 1991).

Do ponto de vista filosófico, Jung encontrou um campo fértil no autor Friedrich Nietzsche, que explorava temas como o super-homem, a vontade de poder e a crítica ao tradicionalismo moral. Essas pautas ressonavam com o criador da Psicologia Analítica, em especial no que tange à importância da busca individual de significado e realização (Hannah, 2003). Outro filósofo muito importante para o pensamento junguiano é Emmanuel Kant, que explora as limitações do conhecimento humano e a natureza da experiência perceptiva, sendo ideias fundamentais para Jung na concepção estrutural de consciência e sistematização complexa da psique (Karas & Moreira, 2023).

De acordo com Padua e Serbena (2018), em consonância com o tema do presente trabalho, o médico suíço construiu uma abordagem bastante complexa da psique, contestando as abordagens organicistas inerentes da Psiquiatria Clássica de sua época – considerando que o materialismo científico não contempla a importância decisiva da totalidade dos fatores psicológicos.

Jung: teoria e visão do racionalismo científico

Ao longo de sua extensa carreira, reconheceu a importância da razão e da Ciência, empregando-as em larga escala ao longo de sua trajetória. Mas o fez sem desqualificar ou excluir outros saberes que considerava fundamentais para a boa compreensão da psique, como as religiões, os mitos e contos de fadas, os símbolos, os sonhos, as artes e outros (Silveira, 1981).

Ainda que tivesse consideração pelos aspectos trazidos pela racionalidade, considerava-os somente mais uma forma de simbolizar o mundo (Jung, 2007/2015). Dessa forma, ao longo de sua obra, teceu críticas contundentes a tudo que reduz a complexidade da vida a conceitos e categorias meramente técnicas e racionais, considerando que o ignorar das dimensões inconscientes levava a humanidade a uma compreensão limitada e superficial de si mesma.

De um ponto de vista epistemológico, Jung não acreditava em um conhecimento universalmente válido e que condiz com a verdade sobre a natureza – aspecto que o racionalismo científico julga deter. Do contrário, questiona o caráter absoluto de quaisquer verdades científicas, uma vez que acreditava na relatividade de todo conhecimento, por ser um pesquisador empirista e por considerar que as condições psicológicas e os fatores relativos ao contexto social e histórico do pesquisador acabam por relativizar os conhecimentos produzidos (Camolesi, 1993). Não somente, propõe que a própria psique é a base da construção de qualquer Ciência. Em uma troca de cartas com Edward Armstrong Bennet, sugere que “a ciência, ao nascer na psique do pesquisador, depende, em última instância, da Psicologia”, pois a psique é “a mãe de todas as tentativas de compreender a Natureza” (carta de Carl G. Jung a E. A. Bennet; Adler & Jaffé, 1975, p. 567).

Portanto, nos pressupostos da Psicologia Analítica, o pensamento racional não é a única forma de pensar que é relevante ao ser humano, mas sim a qual este consegue ter acesso por meio da consciência (Ribeiro & Bonfatti, 2023). Jung propõe em seu modelo de psique e do aparelho psíquico que o administrador desses conteúdos é o ego, centro da consciência, possibilitador dos saberes racionais e tomadas de decisão (Jung, 1971/2012a). Acredita, porém, que para todos os conteúdos que a consciência acessa pelo ego, tantos outros permanecem desconhecidos no inconsciente pessoal, o qual seria formado por lembranças esquecidas, reprimidas, dolorosas; percepções dos sentidos que não ultrapassam o limiar da consciência, seja por falta de intensidade, seja por não estarem maduras o suficiente para virem à consciência.

Ainda no que tange à estrutura da psique, conforme elucida Wahba (2019), “o pressuposto estrutural (do inconsciente Junguiano) apoia-se na teoria dos arquétipos que, em si, constituem pura abstração (p. 4)”. Trata-se de um modo de nomear aquilo que subjaz a modulação universal da psique de seres humanos, sendo um modo de apreensão comum à espécie, que corresponde à ação instintiva no plano do imaginário. Ou seja, por todos os humanos terem cérebros anatômica e organizacionalmente semelhantes, pressupõe-se que teremos formas mentais basicamente semelhantes. Também considera que o inconsciente tem capacidade autorregulatória e que funciona tal qual um órgão natural, buscando homeostase, um ponto de equilíbrio (Samuels, 2008). Para encontrar tal equilíbrio, o inconsciente pode

se valer de uma supercompensação, compreendendo-se que com quanto mais força o lado consciente verter unilateralmente para um lado, com mais força o inconsciente verte para o outro (Jung, 1971/2013a). Isso pode acabar gerando o que Jung denomina “enantiódromia”, a passagem de um lado unilateral ao outro.

É importante considerar esses pressupostos estruturais e a natureza homeostática da psique para Jung, pois é a partir desses conceitos que o autor propõe uma visão de mundo que leva bastante em consideração os muitos opostos complementares presentes no plano pessoal e cultural (luz e sombra, racional e irracional, consciente e inconsciente, Esquerda e Direita etc.). Na medida em que uma postura unilateral referente a qualquer campo da vida tende a ignorar sua totalidade, assumindo somente um dos lados do todo, pressupõe-se, então, que existirá em algum momento um confronto com a contraparte que ainda não está no plano da consciência.

Com isso em consideração, retoma-se ao tema da tendência racionalista que ganhou força no período pós-Idade Média, julgando-se que o ser humano, pelo menos no que tange à construção do pensamento científico, se viu unilateral quanto a possibilidades de modelos de pensamento e de formas de interpretar o mundo à sua volta. Para Jung, a razão que iluminou os séculos XVII, XVIII e XIX é uma das principais responsáveis pela crise em que a humanidade mergulhou ao longo do século XX.

O autor contextualiza o que pensa ter ocorrido no período Iluminista em sua obra *A natureza da psique* (Jung, 1971/2013b), na qual propõe que quando a Idade Média ruiu, a consciência que outrora era bastante limitada em termos de conhecimento de mundo e que se direcionava aos céus passa a se ampliar horizontalmente, tanto geográfica quanto filosoficamente. Nesse sentido, grandes viagens e descobertas empíricas a respeito do mundo foram realizadas, trazendo aos homens outras concepções a seu respeito. No contexto, a crença na alma foi pouco a pouco substituída pela intransigente ideia que pressupunha uma substancialidade do mundo material, até chegar-se a ponto de quatro séculos depois os pensadores e pesquisadores europeus enxergarem o “espírito” em uma relação de dependência total da matéria e de causas materiais (Jung, 1971/2013b).

Ao ser rígido em seus conceitos e na invalidação daquilo que não cabe em seus métodos, o cientificismo racionalista acaba por excluir aquilo que não conhece, em uma tentativa de manter sob controle a desordem do mundo que, ainda de acordo com os próprios preceitos que absorveu do pensamento cartesiano, deveria operar tal qual uma máquina perfeita. Jung tece críticas a esse modelo reducionista de observação da realidade de maneira contundente em sua obra *Símbolos da transformação*:

Diante da circunstância literal, os mitos, os dogmas e outras subjetividades do espírito são vistos como bobagens e absurdos pela Ciência, ou mais propriamente, pelo racionalismo científico. O pensamento literal e racionalista não atribui valor aos símbolos e os despreza, pois aquilo que “eu” não sei simplesmente não existe. Por isto, para esta burrice esclarecida, também não existe uma realidade psíquica não consciente (Jung, 2013b, p. 100).

Entretanto, para Jung, o irracional permanece latente na humanidade, nas vias do inconsciente que se divide em pessoal e coletivo. O inconsciente pessoal é demarcado pela

parte da psique que não é assimilada pela consciência (ego), podendo ou não ser integrada, uma vez que depende do histórico de experiências pessoais do indivíduo. Já o inconsciente coletivo se caracteriza pela junção dos arquétipos e instintos psicologicamente herdados, num sentido de serem uma herança comum que transcende as diferenças culturais, formado de disposições latentes que trazem aos humanos reações idênticas, sendo a expressão psíquica da identidade da estrutura cerebral humana, independentemente de quaisquer diferenças raciais (Silveira, 1981).

Tendo isso em vista, a tendência unilateral à racionalidade traria uma resposta inconsciente à altura. Sendo realizada a mencionada passagem de um oposto unilateral ao outro (enantiôdromia), trazendo à própria consciência uma visão contundentemente antagônica a que se tinha até então, porém não necessariamente de maneira integrativa, mas como uma guinada ao outro extremo. Justo pelo risco de ir-se ao oposto renegado, Jung não somente é crítico dos excessos da razão, mas também considera que os movimentos em direção à razão total colocam a humanidade em risco. O autor expõe isto na obra *Aspectos do Drama Contemporâneo* (Jung, 1974/2012b), em que reflete, após ter visto de perto os horrores das Duas Grandes Guerras Mundiais, sobre os resultados do que considera ter provindo desse excesso de racionalidade e da crença de domínio sobre a natureza, posturas que ele considera arrogante:

Desde os tempos imemoriais a natureza teve uma alma. Pela primeira vez agora vivemos em uma natureza inanimada e secularizada. Ninguém pode negar o papel fundamental desempenhado pelas potências da alma humana, a que se chamou de “deuses” no passado [...] Se por um lado a natureza se inanimou, por outro, as condições psíquicas geradoras de demônios ficaram mais ativas do que nunca. Na verdade, os demônios não desapareceram, apenas modificaram sua fisionomia. Eles se transformaram em potências psíquicas inconscientes (Jung, 1974/2012b).

O autor também pondera que as catástrofes que ameaçam a raça humana não são acontecimentos de natureza física ou biológica, mas sim psíquicas. Reitera que pensa que as guerras e revoluções, que aconteciam de maneira recorrente na época e de formas que o mundo nunca havia visto, foram epidemias psíquicas (Jung, 2013b). Acreditava que a qualquer momento se contava com a possibilidade de milhões de pessoas se deixarem tomar por um delírio que levava nações à violência, a exemplo do holocausto na Alemanha. Propõe que em vez de animais ferozes, ou catástrofes naturais como terremotos e inundações, o homem da época se via exposto às próprias forças psíquicas elementares, sendo estas muito mais poderosas que todas as demais forças da natureza. Reitera que o Iluminismo, quando expulsou os deuses da natureza e das instituições humanas, não atentou ao Deus Terror que habita toda alma humana (Jung, 1974/2012b).

Jung acredita que uma visão estritamente materialista e racional da realidade pode vir a levar sociedades inteiras a lapsos de desesperança e falta de sentido, alegando que as pessoas estariam, já na metade do século XX, cansadas de intelectualismo racional e especializações científicas, ponderando que gostariam de ouvir verdades sem limites, que ampliem e iluminem a realidade – a verdade que “não escorre como água, mas penetra até os ossos” (Jung, 1971/2013a, p. 60).

O símbolo como alternativa ao racionalismo

Os símbolos são de importância central na Psicologia Analítica. Para Jung, uma possibilidade de união entre opostos unilaterais se dá por meio deles. Nesse sentido, sugere-se a integração simbólica que se apresenta a seguir como uma alternativa possível ao modelo de pensamento científico racional-materialista, que do ponto de vista da Psicologia Analítica é limitante. A palavra símbolo, em seu étimo, vem do grego *symbolon*, que significa “aquilo que é colocado junto”.

Lemos & Bonfatti (2019) apontam que Jung (1971/1988) descreve a existência de dois tipos de símbolos: os naturais e os culturais. Os naturais dizem respeito a imagens arquetípicas de conteúdos que surgem do inconsciente, independentemente da consciência do indivíduo, criando assim símbolos que abrangem todos os aspectos da natureza humana. Já os símbolos culturais são criados pelas chamadas “verdades eternas” presentes nas religiões, tendo estas passado por modificações causadas pela consciência, tornando-se representações coletivas. São a melhor expressão possível para o desconhecido, oculto, inconsciente, pois a seu ver promovem a ligação do inconsciente (irracional) com o consciente (ligado ao racional) por meio de imagens, carregadas de significado inesgotável, subjetivo e que expressam uma totalidade psíquica (Barreto, 2006).

Conforme diz Byington (2015), os símbolos são formados por polaridades e a elaboração simbólica é um sistema de relacionamento que a qualquer tentativa de redução a um único polo de qualquer uma das polaridades quebra esse sistema, transformando o processo num conjunto de entidades sem articulação, criando um conjunto que é racional, porém destituído de sentido existencial. Nesse sentido, a unilateralidade da razão contemporânea tem efeito direto sobre as questões simbólicas. Em um contexto no qual somente o que pode ser explicado à luz da racionalidade pode ser considerado verdadeiro, o símbolo perde seu valor como possibilitador de integração dos opostos na psique. Jung propõe que o encontro desses opostos – a saída da unilateralidade e o olhar ao todo – encerra a polarização, ao integrar os aspectos inconscientes e conscientes.

O símbolo seria o elemento que traz dinâmica à paralisia dos opostos psíquicos, a esse movimento Jung denomina função transcendente. O pressuposto é que a psique transcenda os aspectos unilaterais, quaisquer que sejam, de uma forma que se faça evidente a importância do conteúdo oposto, de maneira geral, inconsciente. Dessa forma, o inconsciente se torna consciente e isso acaba por gerar uma nova perspectiva, um terceiro ponto de vista para além dos polos em que o pensamento consciente se encontrava anteriormente (Jung, 2013b).

De acordo com Damião Jr. (2019), Jung define a função transcendente como o que nasce da união dos opostos, o aspecto que une conteúdos inconscientes e conscientes, reconciliando pares de opostos que sempre criam ou realizam uma coisa nova. Ao propor essa lógica, não somente aborda conteúdos isolados, mas com a interação e a integração de um todo, múltiplo e dinâmico, do consciente com o inconsciente.

No que tange à relação entre esses aspectos geradores de novas perspectivas promovidos pelos símbolos e a “problemática” principal abordada neste artigo, os aspectos unilaterais da razão, Ribeiro e Bonfatti (2023) ponderam:

Entende-se, num sentido amplo, que a unilateralidade exacerbada iniciada no Iluminismo e no materialismo, pode surgir uma antítese que leve em consideração as ideias contrárias a essas perspectivas. Desse embate, e dando igual prestígio aos dois polos, pode surgir um terceiro elemento unificador que transcenda a separação consciente/inconsciente; racional/irracional; material/imaterial. Isso é viável graças ao fato de que essa função [...] “É chamada transcendente, porque torna possível organicamente a passagem de uma atitude para a outra, sem perda do inconsciente” e isso ocorre por se enxergar a importância dos opostos, ou seja, a totalidade. (p. 215)

Esse não é um efeito que se consegue de maneira consciente, sendo um fenômeno espontâneo e que ocorre para que exista a compensação da unilateralidade dos conteúdos presentes na consciência (Jung, 2013a). O campo da consciência tem suma importância para o direcionamento do ser humano no cotidiano, mas, quando unilateral, pode gerar desregulações na psique. Ao deixar a religiosidade, crenças, superstições e conexões simbólicas em segundo plano, o homem moderno desencadeia funções compensatórias inconscientes (Ribeiro & Bonfatti, 2023); todavia uma compensação que parte ao outro polo oposto não parece ser o caminho mais viável.

Dessa forma, ainda Ribeiro e Bonfatti (2023), corroborando ideias de Jung, propõem que um vantajoso meio de regulação dessas unilateralidades se daria mediante a capacidade de simbolização, que é geradora da função transcendente, que traz essa terceira perspectiva que integra e incorpora elementos conscientes e inconscientes; integrando, assim, opostos e superando esse conflito.

Abordando o âmbito prático desses aspectos do que é a vida simbólica supracitada, é cogente citar o próprio Jung (1964/2016):

[...] uma palavra ou uma imagem é simbólica quando implica alguma coisa além do seu significado manifesto e imediato. Essa palavra ou essa imagem tem um aspecto “inconsciente” mais amplo, que nunca é precisamente definido ou de todo esquecido. E nem podemos ter esperanças de defini-la ou explicá-la. Quando a mente explora um símbolo é conduzida as ideias que estão fora do alcance de nossa razão. (p. 20).

Nesse sentido, aplicando-se a um ponto de vista micro, individual, é possível considerar a noção de autoconhecimento ou a capacidade de interpretar os fenômenos cotidianos da própria vida e transformá-los; dessa forma carregando-os de significado narrativo, imagético, subjetivo – que vão para além dos fatos em si – como possibilitadores da vida simbólica, gerando diversos sentidos aos muitos fatos da vida subjetiva de cada um.

Em consonância com a pauta da racionalização presente nas Ciências Naturais, julga-se que essa mesma lógica poderia ser aplicada no âmbito e sentido do reconhecimento de diferentes formas de saber, que talvez não se encaixem nos critérios objetivos, tangíveis e observáveis geralmente desejados nesse meio. Todavia, para que isso fosse possível, o aspecto hiper-racional deve ser superado para que seja viável o encontro com esse oposto – gerando, assim, algo novo, uma forma de saber que equilibre, pondere e considere mais possibilidades de olhar para o mundo para além das vias unilaterais da razão.

Considerações finais

O presente artigo apresentou a construção histórica do que se define por Ciência, visando apresentar uma melhor compreensão das correntes de pensamento que influenciaram essa construção histórica do que é científico ou não, criticando o fato de que a Ciência atual tem viés demasiadamente racional-materialista, considerando que esse modelo não abarca a diversidade de objetos de estudo e saberes produzidos. Partindo desse pressuposto, buscou-se apresentar algumas contribuições da Psicologia Analítica a respeito do tema, considerando os pontos de vista de seu fundador, Carl Gustav Jung, que tecia críticas contundentes ao pensamento estritamente racionalista ainda no século XX. Não somente, apresentou-se uma alternativa a esse viés unilateral do pensamento científico moderno – considerando os símbolos e os aspectos da função transcendente como possibilidade de resolver o conflito entre opostos unilaterais.

Jung propõe que por intermédio dos símbolos, que promovem a chamada função transcendente pela união de opostos que se encontram no plano racional e irracional, pode gerar um terceiro ponto de vista anteriormente não contemplado. Esse terceiro, novo, é gerado a partir da elaboração desses opostos – e ameniza o conflito na psique. A partir dos conteúdos apresentados, acredita-se que tenha sido possibilitada uma maior compreensão de que, a partir do momento em que se traz luz ao fato de que a Ciência moderna se vale de um modelo de pensamento unilateralmente racional, se consegue pensar sobre o pensar – o que influi acerca de questões da Psicologia como área – e como esta pode acabar por se limitar quando conjecturada somente a partir de pressupostos que talvez não contemplem a totalidade de seu campo de estudo.

Os excessos de racionalidade e a suposta primazia das Ciências Naturais acima das demais formas de pensar não são questões que afetam somente esferas individuais, mas coletivas – e considera-se que seja possível elaborar soluções também coletivas, uma vez que, de toda forma, a tendência de que surja uma atitude compensatória é grande. A questão que paira, entretanto, é que quando ocorre a compensação sem geração de sentido simbólico a predisposição a simplesmente se adotar a atitude unilateral oposta é eminente. Para essa última questão, acredita-se que a promoção do debate presente neste artigo seja relevante para que se considere a existência do assunto em si, como maneira possível de integrar o coletivo científico mediante o reconhecimento de que ao validar somente os aspectos racionais diversos outros saberes relevantes ficam considerados marginais aos supostamente mais válidos. Nesse sentido, pondera-se que isso seja bastante negativo para a Psicologia, uma vez que seu objeto de estudo é justamente pertencente a campos considerados opostos: parte físico e orgânico, parte mental, subjetivo.

É importante esclarecer que não é parte dos objetivos deste artigo teórico invalidar as conquistas da razão das Ciências Naturais. Pelo contrário, esse modelo de pensamento foi e é de suma importância para a evolução de diversos campos da humanidade – porém não deve ser considerado único ou melhor, pois isso invalidaria diversos outros saberes e possibilidades.

Este trabalho não ambiciona esgotar o tema, portanto espera-se que esta relevante conversa permaneça perpetuada, estimulando o leitor a buscar materiais acerca da história

das Ciências e da construção de epistemologias dominantes, bem como de Carl Gustav Jung e da Psicologia Analítica, tendo o entendimento de que nesse modelo teórico encontra-se uma crítica válida, ampla e bem estruturada aos aqui considerados excessos da razão. Compreende-se, inclusive, que este trabalho não abarca a completude das ponderações feitas por Jung na totalidade de sua obra. Ainda, nesse sentido, como limitações, destaca-se que o presente trabalho, sendo um artigo teórico, não se debruçou tanto no que tange à aplicabilidade prática da teoria de Jung. Não somente, também não contemplou um estudo metodologicamente sistematizado da obra do autor. Tendo isso em perspectiva, para trabalhos futuros, sugere-se que sejam feitas investigações e reflexões no âmbito da relação entre a teoria junguiana e o âmbito da aplicabilidade prática dessas ideias sobre tema da unilateralidade da razão. Por fim, não somente busque tecer críticas, mas também traga a debate possibilidades e alternativas para a superação desses mesmos excessos, sendo, portanto, valoroso; tanto para o indivíduo, quanto para o coletivo.

Referências

- Adler, G. & Jaffé, A. (Ed). (1975). *C. G. Jung Letters -2, 1951-1961*. Princeton: Princeton University Press.
- Araujo, S. F. (2012). O lugar de Christian Wolff na história da Psicologia. *Universitas Psychologica*, 11(3), 1013-1024. Recuperado em 24/05/2024 em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rups/v11n3/v11n3a28.pdf>
- Araujo, S. F., & Honorato, A. F. (2017). Para além dos princípios de Psicologia: evolução e sentido do projeto psicológico de William James. *Psicologia em Pesquisa*, 11(1), 5-13. Recuperado em 12/06/2024 em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v11n1/02.pdf>
- Araujo, S. F. (2020). O passado e o futuro da Psicologia experimental: contribuições de Fechner, Wundt e James. *Psicologia em Pesquisa*, 14(3), 23-43. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2020.v14.30297>
- Araujo, S. F. (2021). O nome e a coisa: sobre as origens da Psicologia como ciência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(3), 1220-1248. <https://doi.org/10.12957/epp.2021.62739>
- Azevedo, M. S., Ribeiro, E. S., & Saggiomo, T. G. (2017). O nascimento da Psicologia. *Revista Gestão Universitária*. Recuperado em 20/05/2024 em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/o-nascimento-da-psicologia>
- Barreto, C. L. B. T., & Morato, H. T. P. (2008). A dispersão do pensamento psicológico. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 147-160. Recuperado em 13/06/2024 em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200003&lng=pt&tlng=pt
- Braghirolli, E. M., Bisi, G. P., Rizzon, L. A., & Nicoletto, U. (1990). *Psicologia geral* (9a ed.). Porto Alegre: Vozes.
- Brooke, R. (1991). *Jung & phenomenology*. Trivium Publications: Pittsburgh.
- Byington, C. A. B. (2015). *Psicologia Simbólica Junguiana: a viagem de humanização do cosmos em busca da iluminação*. 2 ed. São Paulo: Carlos Amadeu Botelho Byington.

- Camolesi, M. E. D. (1993). *A unilateralidade da razão: a crítica junguiana*. Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado em 20/04/2024 em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/4aa8ecf5-992c-42f9-b8aa-f63d5e087909/content>
- Castañon, G. A. (2009). Psicologia como ciência moderna: vetos históricos e status atual. *Temas em Psicologia*, 17(1), 21-36. Recuperado em 02/05/2024 em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000100004&lng=pt&tlng=pt
- Chibeni, S. S. (2004). *O que é ciência*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Recuperado em 03/05/2024 em: <https://unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/ciencia.pdf>
- Clarke, J. (1993). *Em busca de Jung*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Damião, A. P. (2018). O Renascimento e as origens da ciência moderna: interfaces históricas e epistemológicas. *História da Ciência e Ensino: Construindo Interfaces*, 17, 22-49. <https://doi.org/10.23925/2178-2911.2018v17p22-49>
- Damião Jr., M. (2019). A função transcendente: algumas reflexões sobre o processo de criação. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(4), e3441. Recuperado em 03/09/2024 em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000400007
- David, D., Cristea, I., & Hofmann, S. G. (2018). Why cognitive behavioral therapy is the current gold standard of psychotherapy. *Frontiers in Psychiatry*, 9, 4. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2018.00004>
- Davidson, K. (2000). *Carl Sagan: a life*. New York: John Wiley & Sons.
- Delumeau, J. (1994). *A civilização do Renascimento* (M. Ruas, Trad.). Lisboa: Presença.
- Des Chene, D. (2001). *Spirits and clocks: machine & organism in Descartes*. Ithaca: Cornell University Press.
- Ellenberger, H. F. (1970). *The discovery of the unconscious*. The history and evolution of dynamic psychiatry New York: Basic Books Inc.
- Gundlach, H. (2012). A Psicologia como ciência e como disciplina: o caso da Alemanha. In Araújo, S. (Org.). *História e Filosofia da Psicologia: perspectivas contemporâneas* (S. Araújo, Trad., pp. 133-165). Juiz de Fora: UFJF.
- Hannah, B. (2003). *Jung: vida e obra – uma memória biográfica* (A. Fillmann, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Japiassu H. F. (2007). *Como nasceu a ciência moderna*. Rio de Janeiro: Imago.
- Japiassu, H. F. (1994). *Introdução às Ciências Humanas*. São Paulo: Letras & Letras.
- Jung, C. G. (1988). *Psicologia da religião ocidental e oriental*. Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1971).
- Jung, C. G. (2012a). Psicologia e religião. In Jung, C. G. *Obra Completa* (11a ed., Vol. 11/1, pp. 57-67). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1971).
- Jung, C. G. (2012b). Aspectos do drama contemporâneo. In Jung, C. G. *Obra Completa* (5a ed., Vol. 10/2, pp. 44-432). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1974).
- Jung, C. G. (2013a). O espírito na arte e na ciência. In Jung, C. G. *Obra Completa* (8a ed., Vol. 15, pp. 60-94). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1971).

- Jung, C. G. (2013b). *A natureza da Psique*. In Jung, C. G. *Obra Completa* (10a ed., Vol. 8/2, pp. 295-649). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1971).
- Jung, C. G. (2013c). *Tipos psicológicos*. In Jung, C. G. *Obra Completa* (7a ed., Vol. 6). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1971).
- Jung, C. G. (2015). *Espiritualidade e transcendência*. Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 2007).
- Jung, C. G. (2016). *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: HarperCollins. (Obra original publicada em 1964).
- Karas, L., & Moreira, T. (2023). A vida e obra de Jung: sobre Psicologia Analítica e contemporaneidade. *Cadernos de Psicologias*, (4). Recuperado em 30/08/2024 em: <https://cadernosdepsicologias.crrpr.org.br/a-vida-e-obra-de-jung-sobre-a-psicologia-analitica-contemporaneidade/>
- Knapp, P., & Beck, A. T. (2008). Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 30(suppl 2), 54-64. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462008000600002>
- Kosminsky, E. A. (1960). *História da Idade Média*. [s.l.]: Vitória.
- Leichsenring, F., Abbass, A., Hilsenroth, M. J., Luyten, P., Munder, T., Rabung, S., & Steinert, C. (2018). “Gold standards,” plurality and monocultures: the need for diversity in psychotherapy. *Frontiers in Psychiatry*, 9, 159. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2018.00159>
- Lelis, D. A. J., Mesquida, P., Oliveira Júnior, A. R. (2022). René Descartes: sua contribuição para a ciência moderna e o impacto das suas ideias na educação. *Revista Teias*, 23(69), 341-353. <https://doi.org/10.12957/teias.2022.61803>
- Lemos, L. H., & Bonfatti, P. F. (2019). Perspectivas da psicologia junguiana acerca da religião. *HORIZONTE - Revista De Estudos De Teologia E Ciências Da Religião*, 17(53), 832. Recuperado em 11/02/2025: <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2019v17n53p832>
- Lindenmeyer, C., & Ceccarelli, P. R. (2012). O pensamento mágico na constituição do psiquismo. *Reverso*, 34(63), 45-52. Recuperado em 08/05/2024 em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952012000200005&lng=pt&tlng=pt
- Matheus, C. E. M. (2010). *Introdução à Filosofia*. São Paulo: Universidade Falada.
- Melo, A. K. S., Lima, R. P., & Moreira, V. (2015). Construção da noção de experiência ao longo do pensamento de Carl Rogers. *Revista do Nufen*, 7(1), 4-31. Recuperado em 13/06/2024 em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912015000100002&lng=pt&tlng=pt
- Barreto, M. H. (2006). *Símbolo e sabedoria prática Carl Gustav Jung e o mal-estar da modernidade*. Tese de doutorado. UFMG. Recuperado em 20/05/2024 em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ARBZ-7JKLUK>
- Modena, E. (2015). O surgimento da Ciência/Filosofia moderna e a construção de uma concepção utilitarista da natureza. *Geografia em Atos*, 1(15), 1-14. Recuperado em 08/05/2024 em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/3022>
- Nagel, E. (1961). *The structure of Science: problems in the logic of scientific explanation*. London: Routledge & Kegan Paul.

- Nishikawa, E., Fiore, M. L., & Hardt, O. (2017). Histeria e borderline: mo(vi)mentos da clínica psicanalítica. *Jornal de Psicanálise*, 50(93), 273-289. Recuperado em 14/06/2024 em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352017000200022&lng=pt&tlng=pt
- Noll, R. (1996). *O culto de Jung*. São Paulo: Ática.
- Open Science Collaboration. (2015). Estimating the reproducibility of Psychological Science. *Science*, 349(6251). <https://doi.org/10.1126/science.aac4716>
- Padua, E. S. P., & Serbena, C. A. (2018). Reflexões teóricas sobre a Psicologia Analítica. *Boletim – Academia Paulista de Psicologia*, 38(94), 123-130. Recuperado em 28/05/2024 em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100012&lng=pt&tlng=pt
- Primon, A. L. M., Siqueira Júnior, L. G., Adam, S. M., & Bonfim, T. E. (2000). História da Ciência: da Idade Média à atualidade. *Psicólogo inFormação*, 4(4), 35-51. Recuperado em 26/04/2024 em: http://das.inpe.br/~alex/Ensino/cursos/historia_da_ciencia/HC_artigo_idade_moderna.pdf
- Ribeiro, M. J., & Bonfatti, P. F. (2023). A unilateralidade da razão na contemporaneidade: uma perspectiva junguiana. *Cadernos de Psicologia*, 5(9), 202-221. Recuperado em 04/06/2024 em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/viewFile/3733/2710>
- Ronan, C. A. (1983). *História ilustrada da Ciência* (Vols. 2, 3, 4). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Sagan, C. (1980). *Cosmos*. New York: Ballantine.
- Samuels, A. (2002). *Psychopathology: contemporary Jungian perspectives*. London: Karnac.
- Samuels, A. (2008). *New developments in the Post- Jungian field*. *Junguiana*, 26, 19-27.
- Santos, B. S. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, 2(2). Recuperado em 07/05/2024 em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/YgSSRgJjZgtbpBLWxr6xPHr/>
- Shamdasani, S. (2011). *Jung e a construção da psicologia moderna: o sonho de uma ciência*. (Ed. Digital. p. 18). Aparecida: Idéias & Letras.
- Silva, C. J. (2020). A terapia cognitiva comportamental de Beck e Psicologia Positiva de Seligman: um estudo comparativo das abordagens. *Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 5(9), 103-116. Recuperado em 13/06/2024 em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/24405>.
- Silveira, N. (1981). *Jung: vida e obra* (7a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Simione, A. A., & Fernandes, O. C. (2016). A crítica da modernidade e crise dos paradigmas revisitadas: construção coletiva como alternativa de produção do conhecimento científico. *Revista Saberes*, 1(14), 181-201. Recuperado em 06/05/2024 em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/9061>
- Strapasson, B. A. (2020). O behaviorismo e os behaviorismos. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 11(1), 47-51. <https://doi.org/10.18761/PAC.2020.v11.n1.04>
- Wahba, L. L. (2019). *A Criação de Sensibilidades: Epistemologia e Método na Psicologia Analítica*. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 35, e3548. Recuperado 04/05/2024 em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3548>

Weisz, I. C. (2023). Afinal, o que é Ciência? *Revista Educação Pública*, 23(30). Recuperado em 28/04/2024 em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/30/afinal-o-que-e-ciencia>

Zupko, J. (1989). *John Buridan's Philosophy of mind: an edition and translation of Book III of his 'Questions on Aristotle's De Anima' (third redaction), with commentary and critical and interpretative essays*. Master's dissertation, Cornell University, Ithaca, New York, United States of America.

The unilateralism of reason in modern Science: historical construction and counterpoints from a jungian perspective

Abstract

This theoretical article aims to critically and proactively understand, from the perspective of Carl Gustav Jung, the limiting unilateralism of reason and materialism present in contemporary Sciences, addressing the implications of these biases in the field of Psychology and its various currents. Firstly, it briefly presents the history of Science and the creation of Psychology; secondly, it brings Jungian perspectives on the subject to this context, aiming to present the author's thoughts and critique the aforementioned model. Additionally, it presents an alternative to unilateral thinking through the concepts of symbol and transcendent function, suggesting that this viewpoint can serve as a possible alternative to the excesses of reason. Finally, it concludes that although rationality has gained ground in Science, it is always important to consider alternatives to the prevailing models, especially when they attempt to establish themselves as unique models, excluding other forms of knowledge.

Keywords: Rationality, Unilateralism, Materialism, Carl Jung, Symbol

La unilatéralité de la raison dans la Science moderne: construction historique et contrepoints d'un point de vue junguien

Résumé

Cet article théorique vise à comprendre de manière critique et proactive, du point de vue de Carl Gustav Jung, l'unilatéralisme limitant de la raison et du matérialisme présents dans les sciences contemporaines, en abordant les implications de ces biais dans le domaine de la psychologie et ses diverses courants. Premièrement, il présente brièvement l'histoire de la science et la création de la psychologie ; deuxièmement, il apporte à ce contexte les perspectives jungiennes sur le sujet, visant à présenter la pensée de l'auteur et à critiquer le modèle susmentionné. De plus, il présente une alternative à la pensée unilatérale à travers les concepts de symbole et de fonction transcendante, suggérant que ce point de vue peut servir d'alternative possible aux excès de la raison. Enfin, il conclut que bien que la rationalité ait gagné du terrain dans la science, il est toujours important de considérer des alternatives aux modèles en vigueur, surtout lorsqu'ils tentent de s'établir comme des modèles uniques, excluant les autres formes de savoir.

Mots-clés: Rationalité, Unilatéralisme, Matérialisme, Carl Jung, Symbole

La unilateralidad de la razón en la Ciencia moderna: construcción histórica y contrapuntos desde una perspectiva junguiana

Resumen

El presente artículo teórico busca comprender de forma crítica y propositiva, desde la perspectiva del autor Carl Gustav Jung, la aquí considerada limitante unilateralidad de la razón y del materialismo que se presentan en el ámbito de las Ciencias contemporáneas, abordando las implicaciones de estos sesgos en el campo de la Psicología y sus diversas corrientes. Para ello, en primer lugar se buscó presentar brevemente la historia de la Ciencia y la creación de la Psicología; mientras que en segundo lugar se traen a este contexto las perspectivas junguianas sobre el tema, con el objetivo de presentar el pensamiento del autor, así como criticar este modelo mencionado anteriormente. No solo eso, se presenta una alternativa al pensamiento unilateral a través de los conceptos de símbolo y función trascendente, refiriéndose a que este punto de vista puede servir como una posible alternativa a los excesos de la razón. Finalmente, se concluye que aunque la racionalidad ha conquistado espacios en la Ciencia, siempre es importante considerar alternativas a los modelos vigentes, especialmente cuando estos intentan establecerse como modelos únicos, excluyendo otros conocimientos.

Palabras clave: Racionalidad, Unilateralidad, Materialismo, Carl Jung, Símbolo

Recebido em: 20/06/2024

Revisado em: 07/09/2024

Aceito em: 02/10/2024